

Ajuda externa: Ordens profissionais querem preservar modelo de autorregulação

Lisboa, 20 jun (Lusa) - O Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP) quer preservar a autorregulação das profissões e vai acompanhar o trabalho legislativo do Parlamento, para que a aplicação do memorando da "troika" não ponha o modelo em causa.

No final de uma audiência com o Presidente da República, Cavaco Silva, o presidente do CNOP, Orlando Monteiro da Silva, disse à agência Lusa que a entidade "está a zelar para que não sejam impostas medidas excessivas às profissões reguladas, mais exigentes com Portugal do que com outros países", durante a aplicação do memorando da "troika".

O Estado português negociou com a "troika", constituída pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, uma ajuda externa a Portugal no valor de 78 mil milhões de euros.

Orlando Monteiro da Silva lembrou que "a 'troika' propõe de forma abstrata mais liberalização e maior competitividade", considerando que "nas profissões reguladas em Portugal há um percurso muito grande que já foi feito em comparação com outros países".

"Em Portugal não existem, por exemplo, restrições dos valores máximos e mínimos. E estamos a zelar para que não nos venham impor medidas excessivas que não existem noutros países, criando dificuldades acrescidas em Portugal", salientou o presidente do CNOP.

Orlando Monteiro da Silva disse que na audiência o CNOP "recebeu vários conselhos importantes do Presidente de República" no sentido de "acompanhar iniciativas legislativas" e de "assumir a responsabilidade de agir na sociedade civil neste momento difícil para o país".

Nesse sentido, o também bastonário da Ordem dos Médicos Dentistas afirmou que "muito brevemente o CNOP vai fazer uma reflexão muito profunda sobre o que está no memorando de entendimento, bem como uma análise comparativa da situação portuguesa com outros países, para reforçar a importância da autorregulação, através do acompanhamento de iniciativas legislativas para as profissões reguladas em Portugal".

Orlando Monteiro da Silva referiu que as ordens "têm um papel fundamental" de regulação, de agregação e de definição das regras éticas e deontológicas dos profissionais "sem nenhum custo para o Estado".

"Não queremos que a autorregulação das ordens profissionais e a sua existência em Portugal sejam postas em causa através de uma interpretação errónea daquilo que vagamente está expresso nas medidas da 'troika'", sublinhou.

Na audiência com Cavaco Silva, o CNOP debateu também a mobilidade profissional e a apresentação da nova liderança do conselho.